

Teresa Sousa Machado

VINCULAÇÃO AOS PAIS: RETORNO ÀS *ORIGENS*♦

She holds the infant with her hands, with her eyes, with her voice and smile...

[Brazelton, Kowalski e Main, 1974]

Resumo

Pretende-se neste trabalho retornar um pouco às origens; retomando algumas das ideias fundamentais da teoria da vinculação de Bowlby, passa-se para uma análise contemporânea do papel e repercussões desenvolvimentais dos *modelos internos* das relações e do *self*, construídos na infância.

Trata-se de uma selecção de afirmações “clássicas” sobre o tema e suas implicações em algumas das abordagens contemporâneas que expandem ou desenvolvem a teoria original de Bowlby.

PALAVRAS-CHAVE: *Teoria da Vinculação, modelos internos, infância.*

Influências iniciais na construção da teoria da vinculação

A necessidade básica do estabelecimento de (pelo menos) uma relação afectiva estável, continuada e significativa, desde o início da vida, para que o desenvolvimento integral de um sujeito prossiga harmoniosamente, é hoje um dado consensual. As raízes desta tese datam de há já muitos anos, atribuindo-se a David Levy, em 1937 – no artigo “Primary affect hunger”, que Bowlby (1956) considerará uma excepção nos trabalhos sobre a *natureza* da relação mãe-bebé – a primeira publicação a referir os efeitos perniciosos, e de longo alcance, da *carência de cuidados maternos* na infância. Apesar da divulgação de dados e interpretações fidedignas que sustentam esta tese, permanece uma certa passividade (em Portugal, pelo menos) face a fenómenos como a institucionalização prolongada (em vários anos) de crianças “à espera” da adopção, a possibilidade dos pais biológicos manterem *in aeternum* dúvidas se “querem” ou “não querem” os seus filhos e ainda situações graves de negligência ou maus tratos parentais.

Recordar algumas das interpretações que deram azo ao desenvolvimento da teoria da vinculação, assim como exemplos da impressionante evidência empírica desde então recolhida, ajuda-nos a compreender o desenvolvimento da teoria e a sustentar a defesa de políticas que propiciem uma “maternidade” de qualidade.

Desde as investigações de Harlow, Spitz, Robertson ou Winnicott, nos anos 1940 e 1950, que se divulgam observações que constituem suporte empírico que confirma, sem ambiguidades, a ideia da *necessidade fundamental* da construção da relação significativa. Curiosamente, as afirmações de Harlow (1958) condensavam, há muito, a defesa desta tese; ao mesmo tempo que de forma crítica e incisiva, sintetizam e refutam opiniões dominantes na altura:

As respostas iniciais de amor, nos seres humanos, são as do bebé para com a mãe, ou mãe substituta. A partir desta íntima vinculação formar-se-ão, por aprendizagem e generalização, múltiplas respostas afectivas.

Curiosamente, um dos primeiros psicólogos que se insurgiu contra o dogma da psicologia moderna¹ foi John Watson, que acreditava que o amor era uma emoção inata [...].

Os psicanalistas dedicam-se à questão da natureza e desenvolvimento do amor no recém-nascido e criança, recorrendo ao doente e ao adulto. Descobriram a avassaladora importância do seio e, a partir daí, do desenvolvimento da tendência erótica oral [...]. Encontram-se excepções, como se pode ver nos escritos recentes de John Bowlby, que atribui importância não só à satisfação pela alimentação mas à “primeira ligação-ao-objecto” – uma necessidade de contacto físico íntimo que está inicialmente associada à mãe (Harlow, 1958).

As asserções de Bowlby (a que se refere Harlow), têm origem anterior, nomeadamente em observações feitas entre 1928-29 numa escola residencial para crianças e jovens com problemas de comportamento – a *Priory Gate School*. Aí, Bowlby fica particularmente impressionado pela conduta de dois rapazes; um deles (de 16 anos) sempre isolado e sem qualquer ligação afectiva a outrem, nunca tinha experienciado uma relação estável com uma figura materna. O outro, uma criança (de 7 anos) extremamente ansiosa, passa a seguir Bowlby como uma sombra. Os dois casos “ditam”, de certa forma, o futuro de Bowlby que resolve aprofundar o estudo sobre o desenvolvimento, psicoterapia e psiquiatria infantil. Mas outras histórias reais levá-lo-ão progressivamente a questionar um dos fundamentos da sua formação psicanalítica, a exclusividade (ou predominância) da consideração da *fantasia*, com a minimização (ou exclusão) da influência das condições de *vida real* no desenvolvimento (Bretherton, 1992). A convicção geral dos professores da *Priory Gate*, nomeadamente de Faithfull, seu fundador, era de que os problemas das crianças que ali se encontravam tinham origem em episódios familiares adversos. Faithfull defendia:

A vinculação da criança resulta de um instinto natural, mas torna-se um perigo se é usada para satisfação do adulto e não para protecção da criança... (cit. in Van Dijken, Van der Veer, Van Ijzendoorn e Kuipers, 1998, p.252).

O *tabu* que existiria no seio do círculo analítico em admitir a possibilidade de comportamentos nefastos da parte dos pais para com os filhos, terá contribuído para a excessiva valorização da *fantasia* (Bowlby, 1988). É ainda a análise da “vida real” que levará Bowlby a considerar a *separação* da figura de vinculação – ou medo da separação – a “variável-chave” na génese da *angústia* (Bowlby, 1973).

Desde que Freud fez o seu famoso, e na minha perspectiva desastroso, *volte-face* em 1897, ao decidir que as seduções infantis, nas quais acreditara, não eram mais do que produtos da imaginação do paciente, tornou-se extremamente fora de moda atribuir a psicopatologia a experiências reais da vida. Tal não faz parte do trabalho analítico, e assim se perdeu a sabedoria convencional que consistia em ter em conta a forma como os pais teriam efectivamente tratado do sujeito [...] (Bowlby, 1988, p.78).

No mesmo sentido – a exploração das experiências *reais* de relação – apontará a sua formação no *Maudsley Hospital*, em 1933. Aí Bowlby passa horas com pacientes adultos, compilando as suas histórias clínicas com vista a compreender o que estaria na génese da sua psicose, ou esgotamento psicológico. O que sobressai de comum entre todos é a presença de uma *perda* (ou morte) de alguém significativo como factor precipitante (Van Dijken et al., 1998). Mais uma vez, impunha-se-lhe a importância das condições reais de vida (embora, à data, Bowlby pensasse que tal seria compatível com a tese de Klein, sobre a influência da visão distorcida que a criança construiria do acontecimento real).

Entretanto, os trabalhos de Spitz, completados com as filmagens de Robertson, que com Bowlby passa quatro anos (1948/52) a documentar as reacções de perda em bebés hospitalizados, subitamente separados das suas mães (a quem só era permitida uma hora semanal de visita), reforçariam a tese da *necessidade básica* de manutenção da relação significativa. Os efeitos da ausência do cuidador – quando não compensados com cuidados personalizados – não conseguiam ser mitigados pelos “melhores” cuidados médico-profissionais, e, caso as separações se prolongassem, o bebé deprimia-se. A possibilidade de *depressão* (e luto) no bebé foi também fonte de discórdia no meio

psicanalítico, ao contrariar a tese de que tal não podia ocorrer dada a imaturidade do seu *ego* (Betherton, 1992).

As observações em meio hospitalar vinham confirmar anteriores interpretações a propósito dos efeitos da separação brusca (das mães), e não compensada, de crianças (entre os 2-5 anos), quando da evacuação das grandes cidades na II G.G.. Situação que levava Bowlby, Miller e Winnicott a redigir uma carta de recomendação (em 1939) ao *British Medical Journal*, na qual dão conta de que na criança pequena tal separação pode induzir um “blackout emocional”, com graves repercussões no desenvolvimento (Winnicott, 1984/2002). Esse “vazio emocional” é igualmente descrito por Anna Freud e Dorothy Burlingham – nos anos 1944 – ao seguirem crianças (também vítimas da II G.G.) recolhidas numa instituição. O fenómeno reflecte algo semelhante ao que Bowlby observara em alguns dos “44 jovens ladrões” institucionalizados e que ele designara de “affectionless”, isto é, incapazes de exprimir, construir ou compreender uma relação de afecto. Tal verificava-se naqueles que haviam sido privados, ao longo do tempo, da mãe após os seis meses (i.e., depois de terem construído uma ligação significativa) (Koback, 1999). Para além destes efeitos, Winnicott, em 1947, destaca o efeito devastador das *múltiplas mudanças* de alojamento/acolhimento a que algumas dessas crianças foram sujeitas (cf. Penzerro e Lein, 1995); situação lamentavelmente reproduzida hoje em todas as nossas crianças abandonadas, ou retiradas à família, que “saltam” de instituição em instituição, ou de família de acolhimento em família de acolhimento.

Em 1950, Bowlby é convidado pela Organização Mundial da Saúde a integrar uma equipa que estudaria os efeitos psicológicos da institucionalização das crianças, vítimas indirectas da G.G., em diferentes países da Europa e Estados Unidos (exceptuando-se a Europa de Leste que vedara a visita). Desta experiência sairá o famoso relatório publicado em 1951 pela O.M.S. onde Bowlby defende a importância crucial da qualidade das relações primárias. Mas, se tal trabalho é bem recebido pela própria O.M.S. que manda traduzir e divulgar uma versão em 12 línguas, o mesmo não se poderá dizer do seu acolhimento no meio académico e/ou de investigação:

Na altura, nos círculos da psiquiatria e da psicologia, pouco se reconhecia que as perturbações (emocionais) relacionais na infância podiam ter efeitos adversos na saúde mental; e os que lidavam só com adultos mantinham-se bastante cépticos a tal ideia. [...]

A recepção (do meu trabalho) foi mista. Os que tinham experiência na área, nomeadamente os assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras que lidavam com crianças, foram entusiastas. Os psicólogos teóricos da aprendizagem foram algo críticos [...]. Para minha surpresa e

desapontamento, a maioria dos meus colegas psicanalistas foi também crítica. Há muito que Freud tinha voltado as costas à ideia do trauma na infância enquanto fonte de neurose, e a ênfase era agora insistentemente colocada na fantasia (Bowlby, 1986).

Relativamente às separações breves, sabemos que os efeitos são menos nefastos e mais complexos do que Bowlby inicialmente considerara; mas o efeito devastador da persistência de cuidados precoces anónimos e que inviabilizem o estabelecimento de uma vinculação – podendo evoluir para o síndrome de *hospitalismo*² – tem sido tristemente reconfirmado ao longo dos anos. A descoberta dos “Orfanatos da Roménia”, nos anos 90, repletos de crianças com sérios problemas desenvolvimentais (cognitivos, motores, de estrutura de personalidade – independentemente de nalguns casos problemas congénitos terem determinado o seu abandono), muitos dos quais irreversíveis, viria reconfirmar, da pior forma, as intuições de Bowlby. E, no entanto, já desde meados da década de 40 e anos 50-60, em França, J. Aubry, G. Appell e M. David tinham apresentado dados bem fundamentados sobre o efeito nefasto da institucionalização de crianças pequenas, quando estas ficam privadas de qualquer tipo de relação personalizada. Os seus relatórios de crianças com menos de 3 anos acolhidas na *Fondation Parent de Rosan* são, aliás à semelhança do que vimos com Bowlby, recebidos com muitas reservas pelos psiquiatras e pediatras da época (Dugravier e Guedeney, 2006). A explicação preferida para as anomalias do desenvolvimento remetia para “taras” justificadas pelas características desfavoráveis do meio de origem, que propiciariam, por exemplo, alcoolismo, sífilis, doenças mentais, ..., (nos pais) e seriam apenas estes problemas – ou seja, “aquilo” que *outros*, que não *nós*, possuiriam – que determinariam os atrasos no desenvolvimento.

Repetem-se ao longo da história exemplos que mostram que nos casos de privação num curto período de tempo (e até cerca do meio ano de vida) uma nova oportunidade para criar uma vinculação segura pode mitigar os efeitos de anteriores privações. Mas, quando tal só ocorre tardiamente, dificuldades diversas em diferentes domínios do desenvolvimento e no sistema de regulação de stress tenderão a manter-se (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, e Bornstein, 2000; Strecht, 2003).

Entre os anos 1954 e 1963, Bowlby encontra na etologia dados empíricos que reforçam a sua tese da origem biológica da vinculação.

[...] a necessidade do bebé se vincular a uma figura materna é tão fundamental como a necessidade de se alimentar ou de preferir o calor ao frio. Isto implica a existência de um impulso primário de orientação social, independentemente da necessidade de alimento ou de calor. Esta perspectiva é defendida por um grupo de investigadores europeus do comportamento animal, orientados por Lorenz e Tinbergen. É também defendida por muitos psicanalistas ingleses, incluindo Melanie Klein (Bowlby, 1956).

Guiado por R. Hinde, toma conhecimento das investigações sobre a influência das interacções (e separações) entre mãe-bebé em macacos Rhesus. Imbuído do espírito evolucionista da época, Bowlby vê os comportamentos iniciais de vinculação do bebé – sucção, agarrar, chorar, seguir e sorrir (os quatro primeiros comuns a outros primatas, e o último apenas presente no Homem e chimpanzé) (Suomi, 1999) – como cumprindo a “função biológica” de propiciar a proximidade da mãe, aumentando as probabilidades de protecção, logo, de sobrevivência. Nesta linha de ideias, a predisposição para procurar a figura de protecção/segurança em momentos de sofrimento ou fragilidade é considerada um movimento saudável e normal ao longo da vida, e não um sinal de imaturidade. Muda, evidentemente, a expressão desse comportamento de vinculação, mantendo-se o seu valor funcional.

Estes dados seriam confrontados com anteriores observações clínicas de Bowlby, particularmente as efectuadas (ao longo de 20 anos) com um grupo de apoio clínico a mães/bebés na *Child Guidance Clinic* (Ainsworth e Bowlby, 1991). A *Child Guidance Clinic* (de Londres) – onde Bowlby ingressara em 1936 – pretendia prevenir perturbações no desenvolvimento e comportamento. O mote, dado pelo seu director W. Moodie, era:

A criança instável de hoje será o adulto neurótico de amanhã – um elemento perturbado da comunidade, infeliz e ineficaz em si mesmo e uma fonte de tormento para os que lidem com ele (in Van Dijken, et al., 1998, p.260).

Não deixa de ser significativo – e justificativo da originalidade da sua teoria relativamente à psiquiatria – o facto de Bowlby comentar ter aí aprendido mais com as assistentes sociais da equipa do que com os colegas psiquiatras. Foram estas que lhe chamaram a atenção para o facto de problemas não-resolvidos dos pais jogarem um papel significativo na etiologia dos problemas dos filhos.

Em 1954 Mary Ainsworth inicia, no Uganda, observações naturalistas das interacções bebês-mães que viriam reforçar as teses de Bowlby. Ainsworth destaca o papel activo do bebé na procura de contacto com a mãe, especialmente quando está com medo, magoado, quando a mãe se afastou, ou quando tem fome. A ideia de que o bebé usa a mãe como uma *base de segurança* a partir da qual pode explorar o mundo, surge também destas observações. A ênfase de Ainsworth no significado dos comportamentos (de interacção), e não na sua frequência, viria a ser fundamental no desenvolvimento da teoria da vinculação (Bretherton, 1992).

Posteriormente, em Baltimore, numa outra investigação naturalista, Ainsworth reforça anteriores ilações e elabora uma situação de observação controlada – a *Situação Estranha* – que se torna o primeiro procedimento de operacionalização e avaliação da qualidade da vinculação (Ainsworth e Bowlby, 1991). Diferenças individuais na sensibilidade, prontidão e adequação com que as mães respondem aos sinais dos seus bebês são registadas e levarão mais tarde Bretherton (1992) a comentar, com ironia, que enquanto em alguns casos o período de amamentação é notoriamente uma comunhão de reacções mútuas, noutros, nos quais o bebé se engasga, tenta resistir, cospe ou parece sufocar, dificilmente conseguiríamos encontrar a sensualidade inerente à experiência oral de que falava Freud.

Ao destacar o papel da *sensibilidade* da figura de vinculação – ou melhor, da possibilidade da sua *ausência* – Ainsworth parece ter reproduzido o gesto de Pandora e, desde então, muito se tem escrito sobre o tema, podendo a meta-análise De Wolff e van Ijzendoorn (1997) considerar-se uma espécie de “reabilitação” do conceito. Investigações minuciosas mais recentes preferem destrinçar o papel de variáveis que interferem de modo significativo na própria sensibilidade materna (e.g. temperamento e comportamentos de *coping* do bebé, condições do parto, alterações hormonais na mãe) (Figueiredo, 2003; Fuertes, Santos, Beeghly e Tronick, 2006) – trabalhos relevantes na implementação de programas de prevenção e intervenção mas que não podem escamotear o essencial – i.e, a importância da qualidade/sensibilidade e continuidade dos cuidados, independentemente do “tipo” de bebé.

Muitas inconsistências permanecem quanto ao papel da sensibilidade da figura de vinculação na qualidade da relação. Se considerarmos que os estilos parentais desajustados propiciam o aumento dos níveis de excitação afectiva, que inviabiliza ou dificulta a regulação das emoções, acentuando, por exemplo, um temperamento difícil;

e que as práticas parentais adequadas moderam associações entre o temperamento difícil, impulsivo e teimoso e ulteriores problemas na relação, sugerindo a sua maleabilidade (Ambert, 2001; Collins, et al., 2000; Lahey e Waldman, 2004; Thornberry e Krohn, 2004), teremos de admitir que, tal como diria Ainsworth, o seu papel é bastante significativo.

O alargamento da teoria da vinculação à vida inteira, viria, em termos teóricos e de investigação, a suscitar questões que não encontraram ainda consenso – e.g. a questão da *estabilidade* dos padrões, as relativas à sua *avaliação*, ou a relevância de novos campos de estudos (e.g. implicações clínicas dos diferentes padrões, influência de múltiplos cuidadores).

Apesar da divulgação das implicações da qualidade da vinculação precoce, permanecem, fora dos círculos académicos e (alguns) clínicos, reservas quanto às repercussões da *qualidade* dos vínculos ao longo da adolescência e vida adulta. A ideia de que a qualidade das relações significativas é uma variável a considerar no equilíbrio psicológico do sujeito, assim como, e sobretudo, a noção de que as relações actuais retomam as forças (ou fragilidades) do passado, parecem reavivar os receios em se atribuir demasiada importância à infância.

Ainsworth, ao chamar a atenção para a importância da sensibilidade e responsividade da figura de vinculação, mostrar-nos-á o progressivo papel assumido pelos processos cognitivos. Desde muito cedo, a *representação* construída da relação pode ser “lida” nas reacções das crianças, pela qualidade da activação dos comportamentos de vinculação. As (im)possibilidades de revisão/actualização desta representação ao longo da vida continuam a suscitar empolgantes debates (e.g. Fox e Bar-Haim, 2001).

Mas estudar as implicações da vinculação ao longo da vida pressupõe, evidentemente, ter em consideração a infância:

A ideia de que a criança é uma pessoa coerente, que apesar das diferenças [leia-se: ao longo do desenvolvimento] ela permanece, em aspectos importantes, o mesmo indivíduo, tem sido um mote importante na psicologia do desenvolvimento (Sroufe, 1979, p.834).

A construção da vinculação

As relações na infância

Parece-nos que duas ideias, muito específicas, que Bowlby atribui à construção da vinculação têm sido esquecidas nos textos mais recentes: 1) O sentimento de *prazer mútuo* da vinculação segura (Bowlby, 1982/1969); 2) e a influência de *factores externos* à relação – ou seja, a responsabilidade da sociedade (para além da família):

Tal como a criança depende totalmente dos seus pais [...] também estes, particularmente as suas mães, dependem da sociedade em geral, em termos económicos. Se uma comunidade valoriza os seus filhos, ela tem de acarinhar os seus pais ³ (Bowlby, 1951).

É a partir das rotinas relacionais diárias com uma figura que se torna progressivamente significativa que o bebé vai construindo expectativas sobre como será tratado e sobre as reacções que suscitará. Por volta do quinto ou sexto mês, o bebé terá construído uma representação/expectativa da figura de vinculação que no final do primeiro ano de vida se admite ter uma relativa estabilidade (inerente à estabilidade da relação) (Bowlby, 1982; Miljkovitch, 2002).

Além da relação primária o bebé desenvolve outras relações significativas e constrói outros vínculos, de igual ou diferente qualidade (Belsky, 1996; Bowlby, 1988; Howes e Oldham, 2001). As experiências relacionais estão na base da construção dos *modelos internos*, ou seja, de representações (pré-conscientes) acerca de si e das relações. A forma como se interpenetram as sucessivas influências vinculativas suscita ainda diversas interpretações. De maior consenso é a tese de que, ao longo da adolescência, graças à progressiva sofisticação cognitiva do sujeito (i.e. desenvolvimento do raciocínio operatório formal) se consolidará uma representação “global” da vinculação, que integra diferentes experiências (eventualmente diferentes). A integração num modelo interno abrangente fará com que as concepções do *self* e relações se tornem menos dependentes de uma relação (i.e. a relação primária), e passe a incorporar influências de relações entretanto construídas (Allen e Land, 1999).

O modelo interno de si-mesmo (*self*) reflecte o sentimento interior que o sujeito construiu de ser amado, cuidado e compreendido; ou, ignorado, negligenciado, incompreendido, consoante se desenvolva uma vinculação segura ou insegura. Quanto ao modelo interno das relações ele traduz as expectativas relativamente a outros (quando deles se necessita).

As diferenças nos padrões de vinculação traduzem a *qualidade* da vinculação que é descrita pelas estratégias usadas pela criança para lidar com a ansiedade na

separação/proximidade à figura significativa. Distinguem-se, classicamente, três padrões: a *vinculação segura*, (ou padrão B) – o mais frequente e normativo – corresponde a bebês/crianças que se mostram confiantes na disponibilidade da figura de vinculação quando dela necessitam; a *vinculação insegura de evitamento* (padrão A) – bebês/crianças que parecem evitar ou ignorar a figura de vinculação (que tende a ser insensível e/ou que rejeita as tentativas de aproximação e contacto) em momentos stressantes; e a *vinculação insegura ambivalente*, ou ansiosa, (padrão C) – diz respeito a bebês/crianças que oscilam entre movimentos de aproximação e evitamento da figura de vinculação (dada a inconsistência das atitudes desta, o bebê não pode “prever” a sua reacção) e não são confortados pela sua presença. As categorias descritas devem ser entendidas enquanto estratégias organizadas para desencadear oportunidades de cuidados/atenções em momentos stressantes, de cansaço ou doença (Cicchetti, Toth e Lynch, 1995). As estratégias inseguras distinguem-se fundamentalmente quanto ao grau relativo com que se inibe (padrão A), ou maximiza (padrão C) a expressão das necessidades de vinculação. Ao minimizar tais necessidades, a criança, num processo defensivo, desvia a sua atenção do seu próprio sofrimento e (in)disponibilidade do cuidador – o que a longo prazo poderá levar à sua negação. Quanto às que tendem a maximizar as estratégias de vinculação, elas viram, defensivamente, a sua atenção para o seu próprio sofrimento e (in)disponibilidade da figura de vinculação, tornando-se excessivamente centradas nessa mesma temática. A longo prazo, a exigência desproporcionada de atenção (traduzida, e.g. em choros, lamúrias ou birras) mais não faz de que aumentar as probabilidades de ser ignorada ou rejeitada e, uma vez que continua centrada na (activação da) relação, o contínuo desinvestimento no exterior empobrece as oportunidades de exploração cognitiva, assim como a oportunidade de estabelecer novas relações, eventualmente gratificantes (i.e. de outra qualidade).

O que se passará ao longo do desenvolvimento no que diz respeito à estabilidade *versus* mudança nos padrões de vinculação?

Se os padrões resultam da interiorização da constelação de comportamentos de interacção que especificam cada relação (significativa), tal significa que, *a priori*, eles são sensíveis à mudança, desde que as alterações que lhe subjazem sejam relevantes. O que nos dizem os estudos?

Na realidade, *para o bem e para o mal*, a qualidade das interacções pais-filhos tende a ser a mesma ao longo do tempo. Para além de uma estabilidade relativa no tipo de interacções, como referia Bowlby (1988) cada padrão tende a auto-perpetuar-se:

Uma criança segura tende a ser mais feliz e mais recompensadora e por isso menos exigente do que uma insegura ansiosa. Uma ansiosa ambivalente, por sua vez, tende a ser mais lamurienta e agarrada; enquanto que uma ansiosa de evitamento tende a manter a distância e a agredir outras crianças. Nestes últimos casos torna-se provável o desencadear de respostas desfavoráveis da parte dos pais, o que induzirá novas relações desajustadas, instalando-se um círculo vicioso (Bowlby, 1988, p.127).

Nos anos 1980, Main e colaboradores descrevem um outro padrão de relação traduzindo as reacções *desorientadas/desorganizadas* de crianças que oscilam entre comportamentos contraditórios ou ambivalentes de aproximação/resistência, apreensão, confusão ou imobilização face à figura de vinculação (em momentos em que dela necessitariam) – padrão D (Cicchetti et al., 1995; Main, 1996). Esta desorganização nas estratégias de vinculação é interpretada como traduzindo uma resposta de medo; medo *da* suposta figura de segurança, ou medo *pela* figura de vinculação (i.e. que algo de mal lhe aconteça) (Main, 1996; Miljkovitch, 2002). Entre as mães destas crianças não é raro encontrarem-se mulheres que se sentem sós/abandonadas no papel maternal e incapazes de proteger o bebé; outras apresentam uma história de perdas ou traumas, cujo luto não resolveram. Este padrão desorganizado/controlador é também frequente em crianças vítimas de maus tratos (Jacobsen e Miller, 1999).

Nos últimos anos chama-se a atenção para a vantagem em discriminar a desorganização na vinculação enquanto reflexo de uma *história relacional* particular e uma desorganização originada (prioritariamente) por deficiências inatas no bebé (Barnett, Hunt, Butler, McCaskill, Kaplan-Estrin, e Pipp-Siegel, 1999), ou por quadros clínicos na mãe (Jacobsen e Miller, 1999). Quanto aos primeiros, estudos com bebés com deficiências congénitas diversas (e.g. autismo, síndrome de Down, fibrose quística, doença cardíaca), sugerem uma incidência média inferior ao normal (i.e. $\leq 65\%$) de padrões seguros (e aumento dos desorganizados). Note-se que algumas deficiências podem interferir na capacidade do bebé emitir sinais de vinculação compreensíveis.

A convicção de Bowlby era de que a *segurança* – ou, pelo contrário *ansiedade* – na relação continuaria a exercer influência ao longo da vida; deixando o conceito-chave de ser a presença/ausência da figura de vinculação. A partir do momento em que a

criança constrói o pensamento simbólico pode “reter” a figura da mãe na sua ausência. A forma que assume tal “representação” é que se torna significativa e traduz-se, grosso modo, no conceito de modelo operante interno (*working model*), introduzido por Bowlby (Kobak, 1999). Os modelos internos estão sujeitos a actualizações/revisões, dependendo estas da “vida real” do sujeito.

À medida que a criança cresce, o padrão de vinculação – i.e. da(s) relação primária(s) – torna-se progressivamente “propriedade do sujeito” e já não “propriedade daquela relação”. Uma vez estabelecidos, os modelos internos (do *self* e das relações) passam a funcionar como uma espécie de “guia”, filtrando e organizando as experiências relacionais. A regulação dos estados internos do bebé – no início a cargo da figura de vinculação, passam a ocorrer em sintonia entre os dois, para, gradualmente, serem integrados pelo bebé de um modo que lhe será específico (Bradley, 2003). É um movimento que pode ser descrito, em termos piagetianos, como comportando ciclos de *acomodação/assimilação* na gestão das situações stressantes para o bebé (e ao longo da vida), até construir uma estratégia *adaptativa* própria, traduzida no “seu” padrão interiorizado. No caso de um desajuste entre as estratégias empregues e a figura à qual são dirigidas (e.g. quando a criança ansiosa ambivalente tenta agradar a todo o custo à Educadora ou colegas, buscando obsessivamente sinais de atenção e oscilando entre elogios, súplicas ou favores) diríamos, na mesma linha de ideias, que se trata de um domínio da *assimilação*, inviabilizando a *adaptação*, uma vez que (na ausência de *acomodação*) se torna impermeável ao exterior.

Quanto às crianças com padrões inseguros de evitamento, tendendo a ignorar ou desinterpretar movimentos de aproximação dos colegas, induzem facilmente um ciclo vicioso na perpetuação de relações disfuncionais que, por sua vez, reforçaram a imagem negativa de si ou/e dos outros na relação (Lahey e Waldman, 2004; Sroufe, Egeland, Carlson, e Collins, 2005).

Alguns autores defendem que existe uma sobrestimação nos valores publicados sobre a estabilidade dos padrões. Esta justificar-se-ia pelo facto de se basearem em amostras muito pequenas e que não incluem situações de risco (com mais vinculações inseguras, menos estáveis) (Belsky, Campbell, Cohn, e Moore, 1996). Sugerem ainda que o “decréscimo na estabilidade” encontrado nos últimos 10 a 15 anos (nos trabalhos revistos) podem ser explicados por factores como: *a*) a inclusão do padrão D nas classificações; *b*) as alterações no tipo de cuidados maternos (i.e. o aumento de mães a

trabalhar); *c*) a alteração do papel do pai na família; *d*) aumento das tensões inerentes à insegurança profissional de profissões de “colarinho-branco”; variáveis que propiciariam o aumento no índice de padrões inseguros – hipóteses plausíveis, que estão por validar.

Conclusão

Há muitos anos atrás, Bowlby (1956) comentava que a persistente relutância em reconhecer a importância fundamental da qualidade dos cuidados primários se devia a um processo de *racionalização* dos adultos que, no fundo, invejariam a centração da mãe (i.e. figura de vinculação) no seu bebé e a perfeita comunhão que ambos parecem experimentar. Dirão alguns, malevolamente, que se trata aí de “resquícios” da sua formação analítica. Mas seria incongruente atribuir ao novo interesse pela relevância das influências da qualidade dos “primeiros anos de vida” uma influência da clássica abordagem psicanalítica. Por exemplo, Muris (2006), no campo psicopatologia desenvolvimental e Fonseca (2007), no estudo de comportamentos agressivos, revêem uma série de trabalhos recentes que nos obrigam a ter em consideração os efeitos desses anos no desenvolvimento – e não são, de todo, estudos inspirados em tal abordagem.

Muito caminho se percorreu desde as primeiras intuições de Bowlby. Refinaram-se as interpretações e especificaram-se variáveis mediadoras (e.g. influência de cuidados alternativos como avós, creches e amas, confirmações *versus* refutações dos grupos de pares, alterações significativas no curso da vida, estabelecimento de uma nova relação de qualidade, nascimento de filhos, terapia, entre tantas outras). No fundo, a maioria das investigações move-se em redor da questão fundamental da estabilidade/mudança dos padrões internos das relações e do *self* e de como esses padrões influem na resolução de tarefas desenvolvimentais ao longo da vida. É óbvio também que a estabilidade nos padrões está dependente da estabilidade dos cuidados; mas esta relação é complexa e sabemos, por exemplo, que nos padrões seguros, a diminuição da qualidade nas relações (e.g. movidas por variáveis como perda de poder económico, mudança de área de residência, divórcio, doença) tem menor influência na qualidade da vinculação do que alterações nas relações inseguras (NICHD, 2006).

A teoria da vinculação não postula, nem nunca o afirmou, que os padrões construídos na infância são imutáveis. A teoria postula que eles estão abertos às

mudanças e sabemos especificar variáveis que propiciam essa mudança. Mas o estudo destas influências ao longo da vida tem ainda muito para desbravar. Da relação próxima da infância caminha-se para uma progressiva separação/autonomização relativamente às figuras de vinculação, e a progressiva distância não é sinal de disfunção. A activação do sistema de vinculação em situações stressantes não controláveis – em qualquer momento da vida – confirma a relevância do conceito – “A quem telefonaram nos últimos minutos, os que o puderam fazer, as vítimas do 11 Setembro? A quem telefonaríamos nós?”

Referências

- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44 (3), 709-716.
- Ainsworth, M., e Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46 (4), 333-341.
- Allen, J. P., e Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy & P. R. Shaver, (Eds), *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 319-335). New York: Guilford Press.
- Ambert, A.-M. (2001). *The effect of children on parents*. 2ª ed., New York: The Haworth Press.
- Barnett, D., Hunt, K. H., Butler, C. M., McCaskill, J. W., Kaplan-Estrin, M., e Pipp-Siegel, S. (1999). Indices of attachment disorganization among toddlers with neurological and non-neurological problems. In J. Solomon e C. George (Eds.), *Attachment disorganization* (pp. 189- 212), New York: Guilford Press.
- Belsky, J. (1996). Parent, infant, and social-contextual antecedents of father-son attachment security. *Developmental Psychology*, 32 (5), 905-913.
- Belsky, J., Campbell, S. B., Cohn, J. F., e Moore, G. (1996). Instability of infant-parent attachment security. *Developmental Psychology*, 32 (5), 921-924.
- Bowlby, J. (1951). Maternal care and mental health: A report prepared on behalf of the World Health Organization Monograph, in *This Week's Citation Classic*, 1996. www.garfield.library.upenn.edu/classics1986/A1986F063100001.pdf (consultado em 8.01.08).
- Bowlby, J. (1956). The growth of independence in the young child. *Royal Society of Health Journal*, 76, 587-591.

www.psychology.sunysb.edu/attachment/online/independence.pdf (consultado em 7.05.07).

- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss – vol.II, Separation, anxiety and anger* [trad. bras. *Separação - angústia e raiva*, São Paulo: Martins Fontes, 1998].
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss - vol.I, Attachment*. 2ª ed. London: The Hogarth Press, (1ª.ed. 1969).
- Bowlby, J. (1986). Comentário in “This Week’s Citation Classic”, *Current Contents*, 50 (December, 15).
- Bowlby, J. (1988). *A secure base. Clinical applications of attachment theory*. London: Routhledge.
- Bradley, S. (2003). *Affect regulation and the development of psychopathology*. New York: Guilford Press.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Cicchetti, D., Toth, S. L., e Lynch, M. (1995). Bowlby’s dream comes full circle. The application of attachment theory to risk and psychopathology. In T. Ollendik e R. Prinz (Eds.), *Advances in Clinical Child Psychology*, 17, (1-75).
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., e Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting. The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55 (2), 218-232.
- Crowell, J. A., Treboux, D., e Waters, E. (2002). Stability of attachment representations: The transition to marriage. *Developmental Psychology*, 38 (4), 467-479.
- de Wolff, M. S., e van Ijzendoorn, M. H. (1997). Sensitivity and attachment: A meta-analysis on parental antecedents of infant attachment. *Child Development*, 68 (4), 571-591.
- Dugravier, R., e Guedeney, A. (2006). Contribution de quatre pionnières à l’étude de la carence de soins maternels. *Psychiatrie de l’enfant*, XLIX, 2, 405-442.
- Figueiredo, B. (2003). Vinculação materna: Contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebé. *Revista Internacional de Psicologia Clínica y de la Salud*, 3 (3), 521-539.
- Fonseca, A. C. (2007). Importância dos primeiros anos de vida – o exemplo dos comportamentos agressivos In A. C. Fonseca, M. J. Seabra-Santos, e M. F.

- Gaspar (Eds.). *Psicologia e educação. Novos e velhos temas.* (pp. 129-161). Coimbra: Almedina.
- Fox, N. A., e Bar-Haim, Y. (2001). Conceptual gaps in the lifespan theory of attachment. En A. Göncü e E. L. Kleim (Eds.), *Children in play, story and school* (pp. 288-308), New York: Guilford Press.
- Fuertes, M., Santos, P. L., Beeghly, M., e Tronick, E. (2006). More than sensitivity shapes attachment. Infant coping and temperament. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094 (1), 292-296.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American Psychologist*, 13, 573-685. <http://psychclassics.yorku.ca>.
- Howes, C., e Oldham (2001). Processes in the formation of attachment relationships with alternative caregivers. In A. Göncü e E. L. Kleim (Eds.), *Children in play, story and school* (pp. 267-287), New York: Guilford Press.
- Houzel, D., Emmanuelli, M. e Moggio, F. (2004). *Dicionário de psicopatologia da criança e do adolescente*. Lisboa: Climepsi [trad. 1ªed. fr.: PUF, 2000].
- Jacobsen, T., e Miller, L. J. (1999). Attachment quality in young children of mentally ill mothers. Contribution of maternal caregiving abilities and foster care context. In J. Solomon e C. George (Eds.), *Attachment disorganization* (pp. 347-378), New York: Guilford Press.
- Kobak, R. (1999). The emotional dynamics of disruptions in attachment relationships. Implications for theory, research, and clinical intervention. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.). *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 21- 43). New York: Guilford Press.
- Lahey, F. G., e Waldman, I. D. (2004). Predisposição para problemas do comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo desenvolvimentista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime* (pp. 161-214), Coimbra: Almedina.
- Main, M. (1996). Introduction to the special section on attachment and psychopathology: 2. Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64 (2), 237-243.
- Main, M., e Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with parent at age 6: predictable from infant attachment classifications and stable over a 1-month period. *Developmental Psychology*, 24 (3), 415-426.

- Miljkovitch, R. (2004). A vinculação ao nível das representações. In Guedeney e A. Guedeney (Coord.), *Vinculação. Conceitos e aplicações* (pp.45-53) Lisboa: Climepsi [obra original *L'attachement. Concepts et applications*. Paris: Masson, 2002].
- Muris, P. (2006). Freud was right... About the origins of abnormal behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 15 (1), 1-12.
- NICHD Early Child Care Research Network (2006). Infant-mother attachment classifications: Risk and protection in relation to change maternal caregiving quality. *Developmental Psychology*, 42 (1), 38-58.
- Penzerro, R. M., e Lein, L. (1995). Burning their bridges: Disorder attachment and foster care discharge. *Child Welfare*, 74 (2), 351-366.
- Sroufe, A. L. (1979). The coherence of individual development. Early care, attachment, and subsequent developmental issues. *American Psychologist*, 34 (10), 834-841.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E. A., e Collins, W. A. (2005). *The development of the person. The Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. New York: Guilford Press.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor. Notas sobre delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Suomi, S. J. (1999). Attachment in Rhesus monkeys. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.). *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 181-197). New York: Guilford Press.
- Suomi, S. J. (2005). Genetic and environmental factors influencing the expression of impulsive aggression and serotonergic functioning in Rhesus monkeys. In R. E. Tremblay, W. W. Hartup, e Archer, J. (Eds.), *Developmental origins of aggression* (pp. 63-82). New York: Guilford Press.
- Thornberry, T. P., e Krohn, M. D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime* (pp. 131-160). Coimbra: Almedina.
- Van Dijken, S., Van Der Veer, R., Van Ijzendoorn, M., e Kuipers, H.-J. (1998). Bowlby before Bowlby: The sources of an intellectual departure in psychoanalysis and psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 34 (3), 247-269.
- Winnicott, D. W. (2002). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes (ed. original inglesa, 1984).

Notas Rodapé:

- Trabalho realizado com o apoio do projecto FEDER/POCTI-SFA-160-192.

¹ Por “psicologia moderna” deve entender-se a psicologia que se reclamava autónoma (nos finais do séc. XIX) da filosofia e fisiologia – o dogma referido sustém que o estabelecimento do vínculo corresponderia a uma *necessidade secundária*.

² *Hospitalismo* é uma síndrome psicopatológica grave, na primeira infância, provocada por separação e/ou perturbação da relação mãe-criança, ou por carências institucionais que inviabilizem o estabelecimento de uma relação afectiva bebé-adulto (cf. Hoouzel, Emmanuelli e Moggio, 2004, para definição detalhada).

³ Não podemos deixar de pensar na situação peculiar de Portugal – face à quebra de natalidade actual pedem-nos, alguns políticos, para “termos mais filhos”; porém, são irrisórios os subsídios escolares, apoio à saúde e são hipócritas ou inexistentes os apoios fiscais efectivos à promoção da educação de qualidade. É de facto um país peculiar, este, que admite como “normal” um bebé ou criança passar “fora de casa” cerca de 11 a 12 horas do seu dia (não facultando condições flexíveis de trabalho às suas mães). Assiste-se assim à convivência política de condições de cuidados primários que concretizarão a *diferença* no percurso de desenvolvimento dos nossos filhos.